

SANTO ANTÔNIO DO JARDIM, SUA INSERÇÃO REGIONAL E OS ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO

DIOGO, Fabiana Guido

Faculdade Santa Lúcia
fabiana_mi@hotmail.com

SOUZA, Martha Coelho de

Faculdade Santa Lúcia
marthacoelho@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de dados estatísticos voltados ao conhecimento dos aspectos físicos e sociais que compõem a questão regional do município de Santo Antônio do Jardim – SP. O trabalho teve por objetivo identificar as particularidades territoriais e regionais da inserção regional do município. Assim, a proposta deste trabalho se dá em torno da apreensão de elementos e aspectos infra-estruturais e sociais do município em questão, envolvendo não apenas a cidade, mas também se debruçando sobre um estudo da dinâmica interna e das relações regionais, sejam elas de interdependência ou não, que estruturam a sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: *questão regional; território, políticas públicas; Santo Antônio do Jardim*

INTRODUÇÃO

O conhecimento do território e da realidade social do município de Santo de Jardim foi obtido pelo método de coleta de dados e de análise documental sistematizada por instrumento técnico operativo de investigação elaborado pela disciplina Questão Regional e de acordo com a demanda

apresentada para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Faculdade Santa Lúcia.

A pesquisa foi realizada a partir da utilização das bases de dados, dos sistemas de informação e de gerenciamento por rede (*Web*) dos programas e políticas sociais, assim como informações censitárias sobre população, econômicas e de condições de vida da região e dos municípios, visando qualificar a intervenção profissional, pois a competência política e teórico-metodológica soma-se ao conhecimento da realidade socioinstitucional na qual se efetiva a ação do Serviço Social como instrumento do processo de trabalho do assistente social.

Os bancos de dados escolhidos foram os de maior facilidade de manuseio, os que oferecem informações sobre políticas sociais além das informações censitárias e os que apresentavam as seguintes características: gratuidade de acesso; disponibilização de acervo recente de informações; disponibilização de microdados resultantes de pesquisas, além de fornecimento de metadados, como definições, classificações utilizadas, notas que fossem relevantes para a compreensão da informação. As bases de dados estudadas em sala de aula foram: Índice Paulista de Responsabilidade Social - FUNDAÇÃO SEADE; Matriz de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MI-SOCIAL; Pesquisa de Informações Básicas Municipais MUNIC/IBGE; Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social/ REDE SUAS/MDS. Neste trabalho também foram utilizados dados dos jornais da cidade de Santo Antonio do Jardim e site da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Além da caracterização geral da região, foi realizada a análise do processo de integração pelas relações cidade e campo, foi apontado qual é o “centro”¹ que estrutura a região e levantou quais são as relações entre centro e periferia, ou seja, as relações resultantes da divisão territorial do trabalho, da concentração produtiva e da centralização financeira. Em relação ao município de Santo Antonio do Jardim, foi levantado o nível e qualidade da urbanização da região, as dimensões das desigualdades sociais - a pobreza e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, as políticas sociais de educação, saúde e assistência social e outras instituições de garantia de cidadania, além de apresentar os aspectos econômicos, culturais e religiosos e políticos da cidade.

Ainda nesta introdução realizou-se uma pequena dissertação

¹ Grifos dos autores.

sobre conceito de questão regional a partir do enfoque macroeconômico e posteriormente sobre o prisma do conceito de território e, finalmente, nos próximos capítulos o trabalho apresenta os achados da pesquisa sobre o conhecimento do território e da realidade social do município de Santo Antônio do Jardim – SP e sua inserção na região de Mogi Mirim.

Neste estudo, a questão regional é analisada na concorrência e dinâmica da integração territorial, que para Egler (1995) manifesta a síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira no território. O conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. A dinâmica regional é por dois níveis analíticos fundamentais e interligados. O primeiro é o das relações cidade e campo, La Blache² (*apud* EGLER, 1995) afirmava, no início do século passado, que cidades e estradas são as grandes iniciadoras de unidade, elas criam a solidariedade das áreas. Neste sentido, a região é, antes de tudo, um conceito síntese das relações entre cidade e campo.

O segundo nível trabalhado é o das relações entre centro e periferia, que neste texto foi assumido em suas dimensões originais, isto é como resultante da divisão territorial do trabalho, da concentração produtiva e da centralização financeira. Isto significa que as relações centro-periferia são um processo dinâmico de aprofundamento vertical e expansão horizontal das forças produtivas e das relações de produção capitalistas (EGLER, 1995).

As desigualdades regionais permanecem como desafio a ser superado pela sociedade brasileira, mas tal desafio vem ganhando complexidade e novos contornos: aprofundaram-se as chamadas desigualdades intra-regionais e surgiram sub-regiões dinâmicas em todo o território nacional, o que significa dizer que as macrorregiões brasileiras têm contornos socioeconômicos diferenciados e características especiais. Existem territórios prósperos e economicamente atraentes ao mercado em todas as macrorregiões brasileiras, da mesma forma que existem regiões pobres ou sem dinamismo econômico (EGLER, 1995).

O território não é mero receptáculo dos processos de constituição das diferenças e desigualdades, ele atua com outros agentes na produção de realidade coletiva. Território, para além da dimensão física, implica as relações construídas pelos homens que nele vivem (KOGA, 2002). Relações que podem ser de emancipatórias ou preconceituosas e de apartação. A dimensão territorial

²Na obra de Egler não há indicação de ano da citação de Vital de La Blache.

e regional implica necessariamente em manejar potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e em relações sociais e de poder. “O fato de ser criança, negro, mulher, pessoa com deficiência ou idoso, associado à condição de pobreza, pode significar dupla exclusão do indivíduo, do grupo social e de suas respectivas territorialidades.” (KOGA; NAKANO, 2006. p.99)

Analisar a dimensão territorial e regional, não apenas localizar situações, mas principalmente compreender as razões, os sentidos e as conexões dessas cidades e regiões. A “unidade/diversidade” do território impõe, para além do mapeamento da pobreza, vulnerabilidade ou exclusão social das cidades, a centralidade do território no modo de gestão destas políticas. “Tais mapeamentos são apenas pontos de partida para se apropriar dos significados e expressões das situações por eles evidenciadas.” (KOGA; NAKANO, 2006. p.107)

O Brasil situa-se entre as nações mais desiguais do mundo, apesar de continuar sendo um dos países mais abastados do planeta. Essa desigualdade se expressa no espaço agrário onde convivem de um lado, um pequeno número de grandes proprietários de terra – os latifundiários e os grandes empresários rurais -, que monopolizam a maior parte da área rural do país e, de outro, milhões de pequenos proprietários, de sem-terra e de trabalhadores rurais em precárias condições de vida. E também é visível no território urbano que hoje abriga mais de 80% dos brasileiros. Parte expressiva dessa população habita bairros ou territórios ocupados sem infra-estrutura, sem condições adequadas, sem acesso ou com acesso precário às políticas públicas protetivas, à renda e aos bens imateriais de nossa cultura (BEGHIN, 2009).

A discussão sobre a questão regional não pode deixar de demonstrar as desigualdades intra-regional ou infra-território. O desafio das políticas públicas no Brasil, além de expandir a cidadania, é “reduzir as desigualdades sócio-territoriais, sem perder os vínculos com as particularidades e diversidades locais” (KOGA; NAKANO, 2006, p.107). A importância de conhecer e pesquisar a inserção regional e os aspectos infra-estruturais e sociais de um município, como Santo Antônio do Jardim, visa embasar o exercício profissional do assistente social nas políticas sociais locais. Este foi o objetivo deste estudo.

2. A INSERÇÃO REGIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO JARDIM

Neste capítulo são apresentados dados estatísticos que compõem e demonstram, baseados na conceituação de questão regional apresentada na

introdução, de instrumental e a partir do levantamento de dados, as características sociais, econômicas e censitárias sobre a população e as condições de vida da macro e da micro região no qual o município de Santo Antônio do Jardim está localizado.

A cidade de Santo Antônio do Jardim insere-se na macro-região de Campinas, sendo esta a sua região administrativa. Alta densidade demográfica – 214,4 habitantes por quilômetro quadrado –, taxa de urbanização elevada, economia diversificada e dinâmica, em constante evolução, essas características conferem à Região Administrativa de Campinas, acrescentando o status de uma das mais desenvolvidas áreas do Estado de São Paulo, concentrando o maior pólo industrial do interior paulista, de acordo com o levantamento de informações desenvolvido pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação (CPA) e pela Unidade de Assessoria Econômica (UAE), com a colaboração dos Escritórios Regionais da Secretaria de Economia e Planejamento, a partir do trabalho sobre Economia Regional Paulista elaborado em 2007 (SEADE, 2011).

A macro-região de Campinas é formada por 5,8 milhões de habitantes, sendo distribuídos em 90 municípios, conforme demonstra o **Quadro 1**.

No mesmo levantamento é demonstrada a relevância econômica da região administrativa de Campinas, pois é detentora da vice-liderança na geração do PIB do estado de São Paulo. Em 2003 obteve 17,4% do total dos cerca de 86 bilhões de reais de riqueza produzida no estado, atrás apenas da região metropolitana da cidade de São Paulo.

Quadro 1 – Distribuição da população, segundo tamanho dos municípios da região administrativa de Campinas, 2004

TAMANHO DE POPULAÇÃO	POPULAÇÃO		NÚMERO DE MUNICÍPIOS
	NÚMEROS ABSOLUTOS (1º DE JULHO)	%	
Total	5.804.848	100,00	90
0 a 10.000	121.961	2,10	20
Mais de 10.000 a 20.000	269.278	4,64	18
Mais de 20.000 a 50.000	779.766	13,43	24
Mais de 50.000 a 100.000	963.187	16,13	13
Mais de 100.000 a 500.000	2.680.413	46,18	17
Mais de 500.000	1.017.243	17,52	1

Fonte: Fundação SEADE (2011, s.p.)

O parque industrial, o maior do interior, responde por 18,8% do valor adicionado (VA) industrial paulista; a agropecuária, por 20% do VA de sua área no Estado – o que a torna a mais importante entre todas as regiões de São Paulo. A diversificação de atividades é a tônica da economia da região. Convivem ali harmonicamente desde a tradicional agropecuária (cana-de-açúcar, laranja, braquiária e eucalipto são as principais culturas) até sofisticadas indústrias de componentes para informática e telecomunicações. Outras atividades de destaque incluem montadoras de automóveis, refinaria de petróleo (em Paulínia), fábricas de papel e celulose, tecidos, alimentos, usinas sucroalcooleiras e cultivo de plantas ornamentais (SEADE, 2011, s.p.).

A região tem economia dinâmica, infra-estrutura de transportes, é cortada por rodovias importantes a nível nacional, como a Bandeirantes e a Anhangüera, realiza pesquisa de ponta em ciência e tecnologia, tem importantes instituições de ensino e mão-de-obra qualificada. “Só em 2003, a região de Campinas receberia 15,5% do total de investimentos estaduais, percentagem inferior apenas à destinada à Região Metropolitana de São Paulo” (2011, s.p.).

Com relação à taxa de urbanização da região administrativa de Campinas, a mesma pesquisa demonstra que ela resulta em, aproximadamente, 94%, consistindo em uma taxa elevada, sem deixar de considerar também que algumas cidades chegaram aos 100% (Águas de São Pedro, Hortolândia, Joanópolis, Piracaia e Várzea Paulista), porém, outras são eminentemente rurais, como Pedra Bela, por exemplo, onde a taxa de urbanização é de 24%. Campinas, a sede regional, o índice atinge 98,5% (SEADE, 2011).

A região administrativa de Campinas, apesar de seus evidentes sinais de desenvolvimento e indicadores, apresenta desequilíbrios importantes, pois é a 4ª colocada no indicador de riqueza, 7ª em longevidade e 11ª em escolaridade (ALESP, 2011)

Com relação à micro região, o município de Santo Antônio do Jardim encontra-se inserido na região de governo de São João da Boa Vista. Esta região integra a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum entre os seguintes municípios: Aguai, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratipa e Vargem Grande do Sul. Composta por essas 16 cidades, a micro região de São João da Boa Vista tem 473.634 habitantes. As características desta região serão percorridas a seguir, tendo como base a análise de dados

estatísticos obtidos nas bases de dados e nos sistemas de informação e de gerenciamento por rede (*Web*) já citados.

Diferentemente da região administrativa de Campinas, que tem alta densidade demográfica, a micro região de São João da Boa Vista, possui como densidade demográfica o número de 76,41 habitantes por quilômetro quadrado, representando um baixo índice se comparado ao Estado de São Paulo, que possui densidade demográfica de 167,90 habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2011) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011). O percentual com que esta região de governo participa no PIB do Estado é de 0,68%, conforme dados da Fundação SEADE. Este percentual demonstra o valor total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtivas da região que exercem papel na economia estadual, considerando também a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, expostos pela Fundação SEADE (2011), revelam que em 2010 a participação da região de governo de São João da Boa Vista nas exportações do Estado é de 0,49%, definida a partir valor das exportações desta agregação geográfica em relação ao valor total das exportações do Estado.

É importante ressaltar também que a micro região de São João da Boa Vista tem sua função econômica no Estado mais no setor industrial (25,27%) do que na agropecuária (11,57%), considerando que sua maior participação se dá no âmbito dos serviços (63,15%), que consiste no valor que a atividade das empresas de serviços agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo (SEADE, 2011; IBGE, 2011).

A definição do “centro” que estrutura a região só foi possível através do conhecimento empírico do território validado por pesquisa de campo e observação dos elementos conceituais acima citados para seu desvelamento (grifo nosso). A integração territorial da região de governo de São João da Boa Vista se dá pelos diferentes níveis e serviços. Assim, o maior número de indústrias da região se concentra na própria cidade de São João da Boa Vista, município sede no quesito industrial, nos mais diversos setores de produção. É também neste município onde se concentra o maior número de bancos, consistindo em local onde toda a região recorre quando necessita de serviços financeiros e bancários.

Já na questão da saúde, o município sede dos serviços de saúde é Divinolândia, no qual está localizado o Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (CONDERG), o Hospital

Regional de Divinolândia, serviço de saúde exemplar na área de oftalmologia, mas que agrega também os serviços de otorrinolaringologia, ortopedia, dermatologia, mastologia e neurologia. Contudo, os outros serviços prestados a toda região são os mais diversos, sendo a sua maioria concentrada na própria cidade de São João da Boa Vista.

A partir dos dados expostos, podemos relacionar estas questões como resultantes da divisão territorial do trabalho, de modo que a concentração produtiva e a centralização financeira se dêem no município onde se localiza a maior quantidade de bancos e indústrias, que é, no caso, São João da Boa Vista. Assim, as relações de poder advindas desta questão fazem com que os demais municípios dependam economicamente dessa cidade, pois possui maior poder político e econômico para se aprimorar nas diversas áreas de produção que exigem maior conhecimento.

As demais áreas, como jurídica e política, permitem certa interdependência entre as cidades e o município sede da região de governo, pois na maioria das cidades que compõem a micro região de São João da Boa Vista esses serviços estão presentes – exceto em Santo Antônio do Jardim –, porém, os serviços do município sede da micro região são sempre tomados como referência para todos os demais municípios.

2.1 O NÍVEL E QUALIDADE DE URBANIZAÇÃO DA REGIÃO E AS DESIGUALDADES INTRA-REGIONAIS

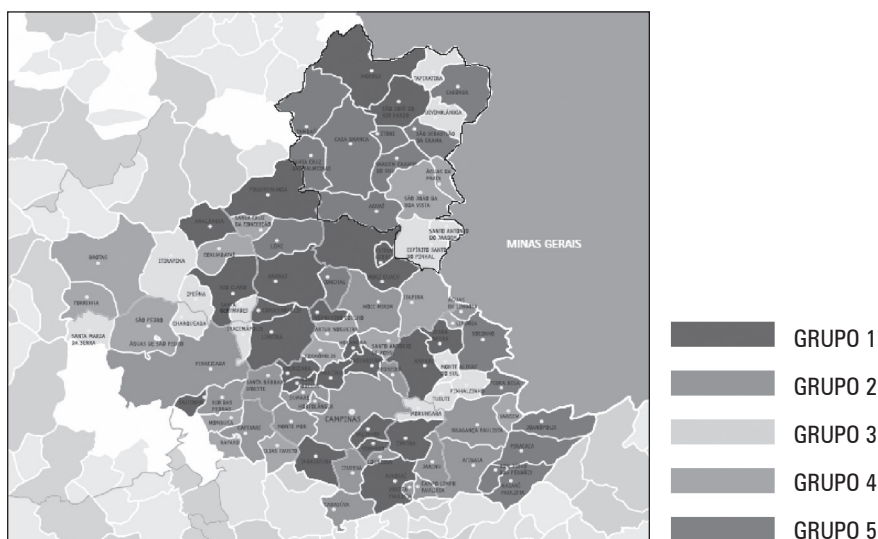
Tendo como base de análise os dados adquiridos através da Fundação SEADE (2011), os índices percentuais de grau de urbanização do ano de 2010 da micro região na qual a cidade de Santo Antônio do Jardim está inserida é de 88,81%, demonstrando que esta região de governo é, em maior parte, urbana. Alguns dados obtidos a partir Fundação SEADE (2011) sobre pesquisa de domicílios do IBGE (2000) permitem a análise do nível de qualidade de urbanização da região de governo em estudo: na região em questão a porcentagem de domicílios com espaço suficiente³ é de 90,41%; com relação aos domicílios com infraestrutura interna urbana adequada⁴, a porcentagem é 96,88%; o nível de atendimento de coleta de lixo representa

³ De acordo com o IBGE (2000), representa a proporção de domicílios com pelo menos quatro cômodos, sendo um deles banheiro ou sanitário, sobre o total de domicílios permanentes urbanos.

⁴ Proporção de domicílios que dispõem de ligação às redes públicas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita no lugar do esgoto, sobre o total de domicílios permanentes urbanos, IBGE (2000).

99,12%; já com relação ao nível de atendimento em abastecimento de água, o dado é de 98,83%; e, ainda, o nível de atendimento de esgoto sanitário, que é de 97,53. Deste modo, esses dados representam a qualidade da urbanização da micro-região de São João da Boa Vista, pois demonstram elevadas taxas referentes à moradia e prestação de serviços à população urbana.

O Índice Paulista de Responsabilidade Social⁵ de 2004 (IPRS, 2011) colocados em forma de mapa nos permite perceber claramente as desigualdades intra-regionais da região de governo de São João da Boa Vista – demarcada com o contorno preto –, inserida na macro região de Campinas, permitindo que se faça, assim, uma comparação ente os diferentes níveis de desigualdade, conforme a **Figura 1**.



Fonte: Índice Paulista de Responsabilidade Social (2004)

Figura 1 – Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) da região administrativa de Campinas

⁵ O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) além da renda per capita, incorpora a longevidade e a escolaridade, adicionando as condições de saúde e de educação das populações e gerando um indicador mais abrangente de suas condições de vida. Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses indicadores são expressos em escala de 0 a 100 e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas para compor cada dimensão. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis (SEADE, 2011).

Na região em estudo pode-se observar que, em 2004, dos 16 municípios, oito deles – Aguai, Caconde, Casa Branca, Itobi, São Sebastião da Gramma, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú e Vargem Grande do Sul – pertenciam ao Grupo 5, onde, de acordo com o IPRS (2004) os índices são de baixa riqueza; baixa longevidade; e baixa escolaridade, prevalecendo assim os maiores índices de vulnerabilidade.

O Grupo 4 engloba os seguintes índices: baixa riqueza, considerado a partir do consumo de energia elétrica residencial, na agricultura, no comércio e nos serviços, considerando juntamente a remuneração média dos trabalhadores e o valor adicionado fiscal per capita; baixa, média e alta longevidade, que tem como base os índices de mortalidade; e baixa, média e alta escolaridade, medido a partir dos níveis de escolaridade de crianças e jovens. Neste grupo encontram-se dois municípios: Águas da Prata e São João da Boa Vista, de acordo com dados do IBGE (2011).

Os dados obtidos em 2004 através da mesma fonte demonstram que, na micro-região em questão, quatro municípios – Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim e Tapiratiba – se encontravam no Grupo 3, no qual os índices são de baixa riqueza; média e alta longevidade; e média e alta escolaridade.

Nesta região demarcada nenhuma cidade integrava o Grupo 2, que consiste em alta riqueza; baixa, média e alta longevidade; e baixa, média e alta escolaridade. Com relação ao Grupo 1, apenas 2 municípios possuíam índices de alta riqueza; média e alta longevidade; e média e alta escolaridade, que são os municípios de Mococa e São José do Rio Pardo (IBGE, 2011).

Portanto, analisemos dois extremos: também podemos relacionar esses dados com o fato de que as cidades pertencentes ao Grupo 1 possuem maior riqueza, proporcionando o maior acesso da população à renda, escolaridade e qualidade de vida. Já com relação às cidades que compõem o Grupo 5, são mais pobres e não possuem dinamismo econômico, fazendo com que o acesso da população à renda, escolaridade e qualidade de vida se torne um tanto quanto limitado, como consequência da dinâmica desigual que alicerça as relações intra-regionais.

Para completarmos as análises feitas acima, colocaremos agora a perspectiva da renda como uma questão fundamental que também modula a desigualdade social regional.

No que tange à micro região de São João da Boa Vista, a renda per capita no ano de 2000 era de 2,11 salários mínimos por pessoa. Porém, as dimensões das desigualdades sociais não são visíveis quando medimos apenas a renda per capita de determinada localização, conforme dados estatísticos

do IBGE de 2000 obtidos através da Fundação SEADE (2011). Desta forma, colocamos como necessidade primordial para a maior análise da questão da renda como reflexo da desigualdade, a desmistificação dos dados.

O censo demográfico do IBGE do ano de 2000, apresentado pela Fundação SEADE (2011), demonstra em porcentagem que os domicílios com per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo na região de governo estudada eram 2,88%, e os domicílios com per capita de até $\frac{1}{2}$ do salário mínimo consistiam em 10,25%. Esses dados demonstram a intensa desigualdade da distribuição de renda presente na micro-região de São João da Boa Vista, mas que não é tão desnivelada quando comparada a outras regiões de governo.

3. A CIDADE E OS ASPECTOS INFRA-ESTRUTURAIS E SOCIAIS

Depois de dimensionadas as questões regionais, discorreremos a seguir sobre os mais diversos aspectos que compõem a dinâmica da cidade de Santo Antônio do Jardim.

O município de Santo Antônio do Jardim localiza-se no Estado de São Paulo, integra a região de governo de São João da Boa Vista e a macro região de Campinas. Em 2011, dados do IBGE demonstram que esta cidade ocupa a área territorial de 109,45 km². O município de Santo Antônio do Jardim faz limite com o Estado de Minas Gerais, sendo suas cidades limítrofes: São João da Boa Vista – SP, Espírito Santo do Pinhal – SP, Albertina – MG e Andradadas – MG. Está localizado a 18 km de distância da cidade “centro” de sua micro região, São João da Boa Vista. Mais conhecida na região como simplesmente “Jardim”, este município de pequeno porte tem como população 5.941 habitantes, de acordo com o último censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE (2011, grifos nossos).

Conforme estudo histórico e cultural realizado no município e divulgado via imprensa local, em março de 1881, uma senhora chamada Rita Maria de Jesus doou à Igreja dez alqueires de terras para formação do patrimônio e construção da capela dedicada ao Padroeiro Santo Antônio. Nessa época, o café começou a ser cultivado em grande escala na região, atraindo numerosas famílias que, em torno da capela, formaram um núcleo urbano. Assim foi se concretizando a origem do município que, a partir do cultivo do café, formou sua população. Os altos rendimentos proporcionados pela cafeicultura possibilitaram a implantação de melhoramentos públicos e assim, um maior desenvolvimento da povoação que foi elevada a Distrito de Paz, em 1915. Contudo, as sucessivas crises do café, nos anos seguintes, provocaram uma retração econômica da localidade, que aos poucos passou

a se dedicar a outras atividades. Sua emancipação político-administrativa somente ocorreu na década de 1950, após a estabilidade econômica verificada com o café, ainda cultivado, e a pecuária. (ACONTECE, 2011)

Ainda conforme o estudo acima citado, devido ao padroeiro e às flores campestres das pradarias da região, a povoação chamou-se desde os primeiros anos de Santo Antônio do Jardim. Em 1938, o nome foi reduzido para Jardim e, mais tarde, substituído por Artemísia, graças à grande quantidade dessa flor nas redondezas. Contudo, a comunidade local, descontente com essas alterações, reivindicou a restauração do antigo nome, sendo atendida em novembro de 1944.

Com relação aos aspectos físicos, podemos afirmar, tendo como base de análise os dados do IBGE (2011), que no município de Santo Antônio do Jardim há distribuição populacional equilibrada, pois 53,20% é urbana e 46,80% é rural. A partir de observação direta acerca das características estruturais da cidade pode-se afirmar que o arruamento, pavimentação e iluminação atingem toda a cidade, exceto o perímetro rural, porém, as estradas e vias da zona rural são sempre mantidas em bom estado, proporcionando qualidade na locomoção entre a cidade e campo, visto que, em Santo Antônio do Jardim, a zona rural atinge quase a metade do município.

Nessa mesma observância da estrutura do município também se vê que a infra-estrutura para a pessoa com deficiência é exemplar, pois todas as esquinas do centro – inclusive a praça – são adaptadas com rampas para essa determinada população. O único local público que deixa a desejar quanto a esta questão é o banheiro público, pois não possui uma cabine própria destinada à pessoa com deficiência, nem mesmo rampa para a sua entrada no mesmo recinto.

A área verde do município de Santo Antônio do Jardim, também analisada por pesquisa de campo e observação direta, é bem preservada. A prefeitura conta com um profissional próprio para trabalhar esta questão, o engenheiro ambiental, que, além de trabalhar com a questão ambiental na área urbana e rural, também faz trabalhos de educação ambiental em escolas e programas sociais.

Nesta cidade de pequeno porte não há nenhum prédio, isto é, todos os 2.240 domicílios jardinenses, de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS, 2011), são casas, incluindo as urbanas e rurais, considerando as edículas e as casas divididas entre duas famílias como uma única estrutura. Nenhuma moradia é construída com papelão, madeira ou zinco, isto é, nenhum domicílio desta cidade é considerado barraco.

Desmembrando essa questão em dados, o censo demográfico do IBGE de 2010, exposto pela Fundação SEADE (2011), demonstra que em Santo Antônio do Jardim a porcentagem de domicílios com espaço suficiente⁶ resulta em 91,85, e o percentual de domicílios com infra-estrutura interna urbana adequada⁷ é de 97,52%.

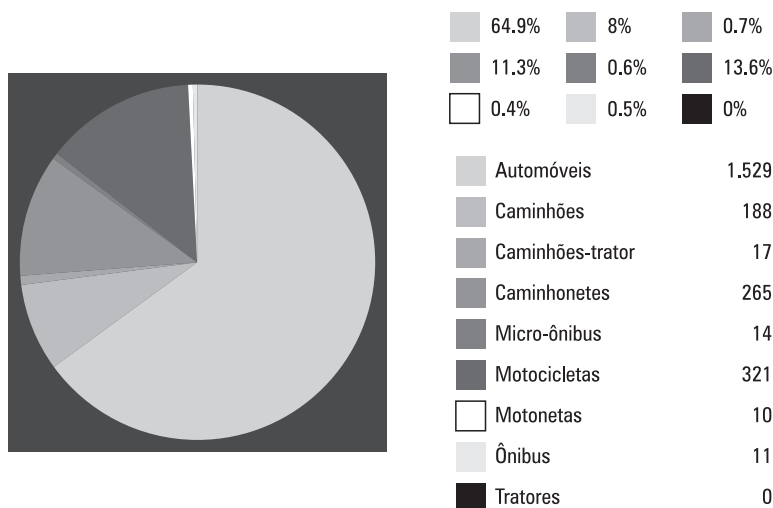
Dados do IBGE de 2010, colhidos através da Matriz de Informações Sociais (MI_SOCIAL, 2007), colocam que a média de habitantes por domicílio é, no total, de 3,40, sendo que na área urbana esse dado é de 3,21 e, na área rural, 3,71. No atendimento a essa população em relação à coleta de lixo, seu nível representativo em 2000 era de 97,17%, considerando que, na zona rural, um dia da semana é específico para essa atividade; outra importante consideração a ser feita é que na cidade a coleta de lixo é seletiva, isto é, possui dias específicos para a coleta de recicláveis (lixo seco), permitindo assim o aumento da vida útil do aterro sanitário dedicado ao lixo orgânico. Ainda de acordo com o IBGE (SEADE, 2011) o nível percentual de atendimento aos jardinenses em abastecimento de água era de 97,06%, e em esgoto sanitário representava 95,18%. Esses serviços fazem parte de políticas locais de preservação do meio ambiente, além da já citada ação da engenharia ambiental de educação em instituições de ensino, programas e projetos sociais, colocando em prática um trabalho voltado para o desenvolvimento sustentável.

Apenas alguns meios de transportes são presentes na cidade de Santo Antônio do Jardim. De acordo com os dados IBGE de 2010, os ônibus intermunicipais consistem em um deles, considerando que as viagens que possuem as linhas desses ônibus não residem no município, mas nas regiões vizinhas, como Espírito Santo do Pinhal e Andradadas, demonstrando a ausência da necessidade desse meio de transporte dentro da própria cidade, devido o seu pequeno porte. Os únicos ônibus presentes no município (0,5%) são os escolares, meio para o transporte de alunos da zona rural para a urbana. Para completarmos essa colocação, a **Figura 2** vem demonstrar que os demais meios de transporte existentes no município são os automóveis particulares, incluindo caminhonetes, motocicletas, caminhões, micro-ônibus (vans), etc.

Com relação aos meios de comunicação, através de observação e

⁶ De acordo com o IBGE (2010), representa a proporção de domicílios com pelo menos quatro cômodos, sendo um deles banheiro ou sanitário, sobre o total de domicílios permanentes urbanos.

⁷ Proporção de domicílios que dispõem de ligação às redes públicas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita no lugar do esgoto, sobre o total de domicílios permanentes urbanos (IBGE, 2010).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE, 2010)

Figura 2 – Frota municipal de veículos no município de Santo Antônio do Jardim em 2009

conhecimento empírico do território podemos afirmar que a cidade conta com uma agência dos Correios, um canal de rádio local (Rádio FM Jardim – 106,3) e dois jornais (Jornal Acontece e A Cidade Jardim), permitindo o acesso da população às notícias regionais e municipais. É inexistente em Santo Antônio do Jardim um canal de TV local, portanto, as notícias da região são acompanhadas pelos programas de TV regionais, como a EPTV da Região de Campinas, a TV Andradas (transmitida pela Rede Minas) e APTV (canal de TV do município de Espírito Santo do Pinhal). A rede de telefonia fixa também abrange toda a área urbana e rural, considerando que, apenas em alguns locais desta última, a rede de telefonia móvel não consegue registro em torre por pertencer ao perímetro muito distante do urbano.

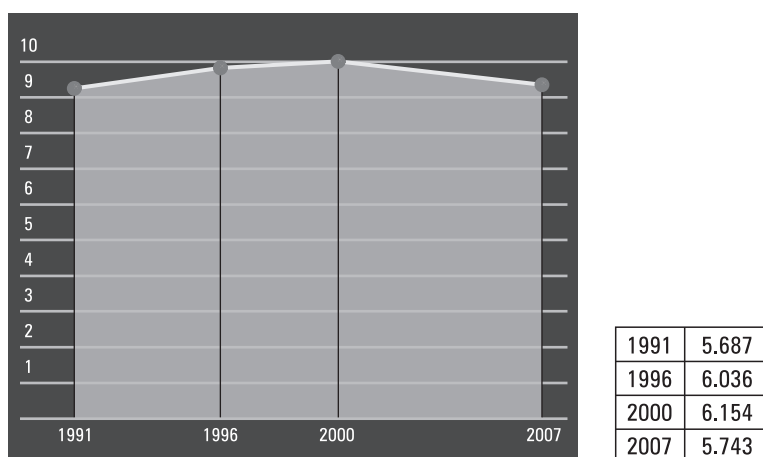
3.1 A POPULAÇÃO

A seguir, faremos uma análise acerca das questões que abrangem os aspectos humanos e sociais que integram o município de Santo Antônio do Jardim.

Como já citado, a origem da povoação deste município se deu pela vinda de pessoas à procura de trabalho no cultivo das lavouras de café, atraindo muitos imigrantes italianos. Atualmente, através de observação direta, não se pode dizer que a população de Santo Antônio do Jardim é formada

por uma única etnia; hoje ela é composta por diferentes raças, podendo ser caracterizada pela miscigenação.

A **Figura 3** ilustra a evolução da população no período de 1991 a 2007, porém, deste último ano até o ano de 2007 essa taxa decaiu e, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010 (SEADE, 2011), a evolução populacional retomou o crescimento, aumentando de 5.743 habitantes no ano de 2000, para 5.941 no ano de 2010.



Fonte: SEADE (2011)

Figura 3 – Evolução populacional do município de Santo Antônio do Jardim – IBGE, Censo Demográfico 1991, 1996, 2000 e 2007

A faixa etária predominante nessa cidade, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, é de 10 a 19 anos, sendo predominante mulheres com idade de 10 a 14 anos, e homens de 15 a 19 anos (IBGE, 2010), como demonstra o **Quadro 2**.

Segundo dados calculados mais recentemente pela Fundação SEADE (2011), o índice de envelhecimento da população jardinense é 80,55%, sendo que a população com 60 anos ou mais registra 15,29%. Em outro extremo, a população com menos de 15 anos de idade representa 18,98% do total da população jardinense. Demonstrado o dado da razão de sexos de 104,52, apreendemos que o número de mulheres no município é elevado quando comparado ao de homens, visto que este dado representa o número de homens para cada 100 mulheres na população residente em Santo Antônio do Jardim.

Quadro 2 – Homens e mulheres do município de Santo Antônio do Jardim, de acordo com faixa etária

	HOMENS	MULHERES
0 a 4	263	216
5 a 9	256	259
10 a 14	287	289
15 a 19	330	258
20 a 24	271	280
25 a 29	265	196
30 a 34	233	233
35 a 39	228	226
40 a 44	236	196
45 a 49	201	159
50 a 54	162	140

	HOMENS	MULHERES
55 a 59	128	110
60 a 64	96	116
65 a 69	78	95
70 a 74	60	64
75 a 79	65	40
80 a 84	43	41
85 a 89	10	11
90 a 94	6	1
95 a 99	-	6
100 ...	-	-

Fonte: IBGE (2011).

De nada adianta analisar esses dados se não tomarmos dimensão a respeito do Índice de Responsabilidade Social (IPRS, 2011) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, na cidade em estudo, demonstram que esta pertence ao Grupo 3 (em 2008) e possui o valor de 0,766 (em 2000), respectivamente, de acordo com o exposto pela Fundação SEADE (2011). O fato de estar inserida no Grupo 3 nos dados do IPRS significa que este é um município com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões. Com relação ao IDH, este valor de 0,766 representa o médio desenvolvimento, pelo fato de estar entre os valores de 0,500 e 0,800, segundo a Fundação SEADE (2011).

Na realidade jardinese fica bem visível, através da observação direta, o que esses índices têm demonstrado. Apesar do nível de riqueza baixo, os problemas relacionados ao morador de rua são inexistentes. Os problemas sociais relacionados à família, à criança e ao adolescente existem, mas são de fácil acesso às políticas sociais, permitindo seu melhor atendimento e prevenção. Sob o âmbito do atendimento ao idoso isso também acontece. Políticas de saúde do idoso são desenvolvidas, proporcionando não apenas a sua reabilitação física, mas também a convivência social, haja vista o grande percentual de idosos no município e o alto índice de envelhecimento.

Segundo informação obtida junto ao Departamento de Promoção Social do município, a presença de migrantes é frequente em Santo Antônio do Jardim, principalmente durante a época da colheita do café, quando muitas pessoas e famílias vêm à procura de emprego. Essa população acaba

residindo, alguns de maneira temporária – apenas durante a colheita – e outros permanentemente, em casas na zona rural, muitas vezes cedidas pelo próprio patrão.

3.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS

A seguir descrevemos dados sobre execução das políticas sociais de Educação, Saúde e Assistência Social no município e levantamos alguns aspectos em relação ao Poder Judiciário e Segurança Pública.

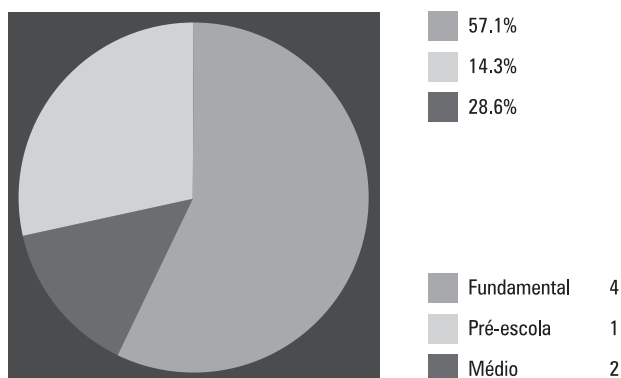
Com relação à educação, importantes dados estatísticos do censo de 2000 do IBGE revelam: a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é 11,80%; o tempo médio de estudos da população com idade entre 15 e 64 anos é, em média, 5,95 anos; 76,72% da população com 25 anos ou mais apresentam menos de oito anos de estudo; e a população de 18 a 24 anos com Ensino Médio Completo o pequeno valor de 33,71% (SEADE, 2011). Apesar desses percentuais, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS, 2011) do ano de 2008 demonstra alta dimensão de escolaridade (registrada com o valor 72, na escala de 0 a 100).

A Câmara Municipal, conforme informação obtida em pesquisa local, abriu em 2011 matrículas para alguns cursos profissionalizantes que serão realizados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Espírito Santo do Pinhal (do qual os trabalhadores de Santo Antônio do Jardim fazem parte), mas que devem ser pagos de forma particular. Os cursos a serem oferecidos são para a formação de operador de empilhadeira, soldagem, eletricitista, práticas de departamento de pessoal e RH e também para bombeiro profissional civil. Essa foi a primeira iniciativa relacionada a esse determinado tipo de ensino profissional, ainda a ser iniciada. Na pesquisa de campo sobre a política de educação, verificou-se que se encontram instaladas na cidade as seguintes unidades de ensino: uma pública municipal de educação infantil; uma pública municipal de ensino pré-escolar; duas públicas estaduais e duas públicas municipais de ensino fundamental; e duas públicas estaduais de ensino médio.

As **Figuras 4, 5 e 6** permitem a análise acerca da questão educacional no município de Santo Antônio do Jardim no ano de 2009, nos permitindo apreender os dados referentes ao número de escolas por série, de matrículas por série e docentes por série (MEC, 2009).

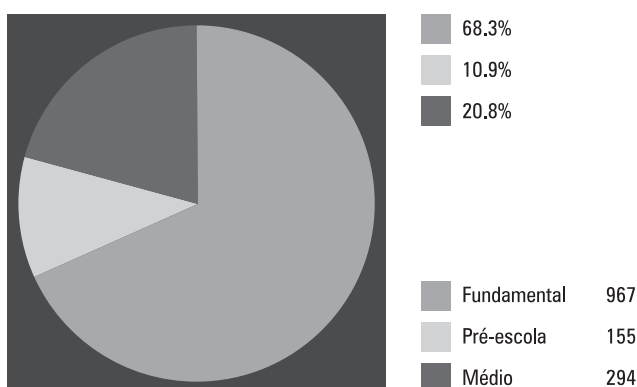
Na cidade em estudo, a educação através do esporte e lazer acontece por meio das oficinas de música oferecidas pelo projeto do Governo do Estado de São Paulo, o Projeto Guri; aulas de dança e teatro são oferecidas

gratuitamente às crianças e adolescentes do município pelo Departamento de Cultura; e o Departamento de Esportes fica responsável pelas aulas de futebol e de vôlei às crianças e adolescentes interessados, sejam eles meninos ou meninas. Em todo evento comemorativo realizado na cidade é garantida a presença das apresentações de todas essas atividades. Espaços físicos dedicadas ao esporte e lazer são alguns dos meios de viabilização de tais ações, existindo em Santo Antônio do Jardim uma praça de esportes, que conta quadra poliesportiva e pista de skate, e outra praça destinada



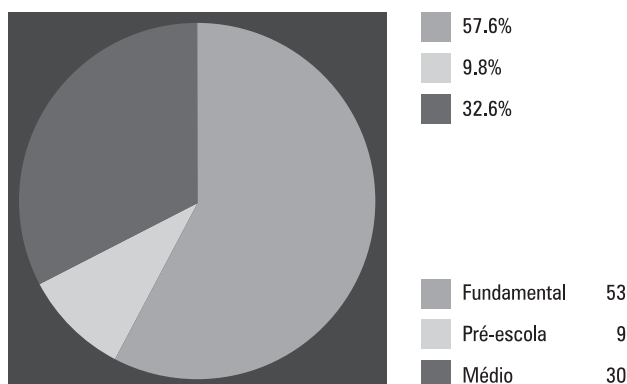
Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2009).

Figura 4 – Número de escolas por série (IGBE, 2011)



Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2009).

Figura 5 – Matrículas por série (IGBE, 2011)



Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional (2009).

Figura 6 – Docentes por série (IGBE, 2011)

apenas às crianças, contando com playground, brinquedoteca e área para o desenvolvimento de atividades socioeducativas. Essas informações foram obtidas em pesquisa junto aos órgãos públicos municipais.

Podemos apreender a questão da política de saúde demonstrando alguns dados, tendo como fonte a Fundação SEADE (2011). Em 2009 foi registrada no município a taxa de natalidade de 10,38 por mil habitantes e a taxa de fecundidade geral de 39,79 por mil mulheres entre 15 e 49 anos. Com relação à taxa de mortalidade infantil e na infância, a Fundação SEADE (2011) não registra este fenômeno quando colocada por cem mil nascidos vivos na cidade de Santo Antônio do Jardim.

A taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos é de 101,16 por cem mil habitantes nessa faixa etária, o mesmo critério se aplica no cálculo da taxa de mortalidade da população de 60 ou mais, que foi constatado o dado de 2.549,25. Os dados referentes a gravidez precoce é de 9,68%, representando o percentual de mãe adolescentes com idade inferior a 18 anos. Este assunto também engloba os dados referentes às mães que tiveram sete ou mais consultas de pré-natal, com um índice de 78,33%, representando um nível de acompanhamento que fica um pouco a desejar quando comparado aos níveis de sua micro região (80,95) e o Estado a que pertence (76,61). Os índices demonstram que a porcentagem de partos cesáreos no ano de 2009 representavam 74,19%, sendo que os nascimentos de baixo peso (menos de 2,5kg) chegavam à estatística nada satisfatória de 11,86%; e a proporção de nascidos vivos (pré-termo) com menos de 37 semanas de

gestação em comparação ao total de nascidos vivos, que resultavam em 8,47% (SEADE, 2011).

Referente ao saneamento, a Fundação SEADE demonstra que, no município de Santo Antônio do Jardim, 97% domicílios urbanos são abastecidos com rede pública de distribuição de água, sendo o abastecimento feito pela Superintendência do Abastecimento de Água do Estado de São Paulo (Sabesp). Como já citado no item referente aos aspectos físicos e urbanos ou rurais, o nível representativo de coleta de lixo em 2000, na totalidade da área urbana e rural, era de 97,17%, considerando que, na cidade, a coleta de lixo é seletiva, isto é, possui dias específicos para a coleta de lixos recicláveis (lixo seco), permitindo assim o aumento da vida útil do aterro sanitário dedicado ao lixo orgânico. A destinação final do lixo domiciliar e comercial é 100% feita ao aterro sanitário controlado⁸, segundo estatísticas adquiridas no ano de 2003. Com relação ao esgoto sanitário, 93% dos domicílios urbanos são servidos por rede pública de coleta de esgotos, também tendo a Sabesp como órgão operador do sistema de esgotamento de esgoto; assim sendo, a mesma fonte revela que 100% deste esgoto sanitário é tratado (SEADE, 2011).

Santo Antônio do Jardim conta apenas com um estabelecimento de saúde, uma única Unidade Básica de Saúde Municipal nomeada “Farmacêutico Raul da Costa Câmara”. Informações obtidas junto aos órgãos públicos municipais afirmam que, quando necessário atendimento hospitalar em casos de internação, urgência ou emergência, a população jardinense recorre aos municípios limítrofes de Espírito Santo do Pinhal, Andradadas e São João da Boa Vista.

A Assistência Social como política de Seguridade Social destinada a quem dela necessitar, no que se refere à Proteção Social Básica, é viabilizada no município de Santo Antônio do Jardim através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Segundo a Matriz de Informações Sociais (MI_SOCIAL, 2007), a cidade conta com apenas um CRAS, com capacidade para atendimento de 500 famílias pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Em contato com os serviços prestados na área da assistência social, constatou-se que no CRAS são oferecidos os seguintes programas e/ou projetos: Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Espaço Amigo, o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Ação Jovem, o Programa Bolsa Família, Renda Cidadã, o Programa Baixa

⁸ Percentual do lixo destinado a aterro em que são espalhadas e compactadas, alternadamente, camadas de lixo e terra (Fundação SEADE, 2011).

Renda, dentre outros demais serviços e atendimentos como a viabilização da carteirinha do idoso. Essas informações foram obtidas em pesquisa junto aos órgãos públicos municipais.

Encontram-se atualmente como beneficiários do BPC 50 pessoas com deficiência e 61 idosos. De acordo com o MI_Social (2007), no PETI do município são cadastradas 20 crianças, e no Programa Bolsa Família 229 famílias, tendo como dado estatístico 90,16% de cobertura.

No que se refere à Proteção Social Especial de Média Complexidade, a cidade conta apenas com um Plantão Social que desenvolve atividades como acolhimento, encaminhamentos, solicitações de documentos como identidade e certidão de nascimento, acompanhamento e intervenção. Com relação à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Santo Antônio do Jardim não possui nenhum Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e, sendo assim, a demanda é encaminhada e/ou atendida no próprio CRAS ou no Plantão Social. Essas informações foram obtidas em pesquisa junto aos órgãos públicos municipais.

Em relação aos aspectos do Poder Judiciário, informações obtidas junto aos órgãos públicos municipais mostraram que Santo Antônio do Jardim é muito prejudicado por esta questão, pois não possui nenhum órgão judiciário, tendo que recorrer aos municípios vizinhos quando necessitar de qualquer um deles, seja o Tribunal de Justiça, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral (uma observação importante a se fazer a respeito disso é que a população precisa se locomover até Espírito Santo do Pinhal para requerer seu título eleitoral), Justiça Militar, Conselho Nacional de Justiça, e todos os demais órgãos. Diante disso, pode-se concluir que o município em estudo é totalmente dependente dos municípios de sua região com relação a esses serviços.

No que tange ao setor de segurança pública, na cidade em estudo encontra-se apenas um posto policial da Polícia Militar e outro da Polícia Civil, considerando o fato de que estes únicos postos conseguem atender a demanda. Apenas em datas festivas na cidade é que a Polícia Militar da região é requisitada, de modo a fornecer apoio ao corpo de política local. Entretanto, dados estatísticos adquiridos através da Fundação SEADE (2011) e levantados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP, pela Delegacia Geral de Polícia – DGP, pelo Departamento de Administração e Planejamento – DAP e pelo Núcleo de Análise de Dados revelam que, no ano de 2007, 161 crimes e 291 ocorrências policiais foram registrados, representando uma mínima porcentagem de 0,05% e 0,063%, respectivamente, quando relacionada aos dados de sua região administrativa, que resultam em 324.772 crimes e 458.256 ocorrências policiais.

3.3 CULTURA E RELIGIÃO

Os aspectos culturais e religiosos de Santo Antonio do Jardim não estão disponíveis em nenhuma pesquisa ou em bases de dados dos sistemas de informação e de gerenciamento por rede (*Web*) dos programas e políticas sociais, ou ainda em informações censitárias sobre população, assim a análise apresentada abaixo é fruto de observação e de conhecimento empírico da realidade local. No município é possível verificar a presença de diversos tipos de preconceitos e a falta de aceitação diante dos novos segmentos emergentes. Devido a isso, a população se vê inibida por receio da não inserção social e, assim, não se manifestam na busca da afirmação de seus valores. Porém, essa característica conservadora também permite a preservação de uma cultura construída historicamente, que possui também valores de solidariedade muito positivos que devem ser mantidos.

Com relação à crença, a população jardinense é bem diversificada, abrangendo a religião Católica - a maioria -, a Presbiteriana, a Adventista do Sétimo Dia, a Quadrangular, as Testemunhas de Jeová e os Espíritas. Cada religião participa da sua forma na comunidade, exercendo determinada influência sobre esta, guiadas sempre pelos seus valores e crenças.

As manifestações culturais acontecem através dos Departamentos de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, que estimulam crianças, adolescentes e idosos (Grupo da Melhor Idade) através da música, dança e outras atividades, a se expressarem tendo como base a cultura e os costumes do município onde vivem. No aniversário do município, que é comemorado no dia 26 de março, os grupos se reúnem para fazerem demonstrações culturais, como o Boi Laranja⁹, por exemplo.

A cultura do município é, de certa forma, prejudicada pelo fato de não possuir teatro ou cinema, fazendo-se necessária a locomoção quando desses serviços requerer, o que não é de acesso a toda população. Porém, algo imensamente enriquecedor que está ao acesso de todos os jardinenses é a biblioteca municipal, que contém livros que podem ser emprestados por qualquer indivíduo pertencente ao município.

⁹ O símbolo do folclore jardinense era artesanalmente fabricado, feito de bambu, coberto com um tecido colorido e com uma caveira de boi, assemelhando ao Boi Laranja, era usado para assustar as pessoas. A cultura conta que este boi tinha um olhar que causava medo e, quando morreu, ainda “atormentava” os jardinenses (grifos dos autores).

3.4 ECONOMIA E POLÍTICA

No exposto pela Fundação SEADE (2011) em 2009, o percentual da participação dos vínculos empregatícios na agropecuária¹⁰ do município de Santo Antônio do Jardim possui o dado representativo de 41,94%, consistindo praticamente na metade das ocupações existentes no município. Com relação aos vínculos empregatícios no setor de serviços, esse dado demonstra o percentual de 24,40%. Já a participação dos vínculos empregatício no comércio representa 18,68%. Esse mesmo dado, porém referente à indústria, demonstra apenas 14,78% de participação dos vínculos empregatícios. A construção civil é o setor que possui a menor participação de vínculos empregatícios, representando 0,19%.

Os vínculos empregatícios formais são prevaletentes no setor público, no comércio e empresas locais e regionais, bem como nas indústrias regionais. Sendo o setor agropecuário de maior contingência, podemos afirmar que o tipo de vínculo que se dá, em sua maioria, é de maneira informal, devido seu caráter inconstante – maior número de contratação apenas em época de colheita – e sazonal. Neste setor há enorme presença de mulheres, que trabalham para complementar a renda familiar. Esta questão traz um desdobramento que atinge a área de educação infantil e de assistência social, pois a demanda por esses serviços aumenta ainda mais nesse período de colheita do café e, quando não atendidas, as mães acabam por levar seus filhos junto ao trabalho, representando enorme risco para as crianças, que ficam brincando nos redores das plantações ou auxiliando no próprio trabalho (SEADE, 2011).

Com relação às ações de emprego cooperativas, uma única ação com esta ênfase foi criada na cidade. Por volta de seis anos passados, havia uma cooperativa de Fábrica de Bolachas, porém a sua ação foi descontinuada. Referenciando a questão do emprego e renda, a renda per capita no ano de 2000, segundo a Fundação SEADE (2011), era de 1,59 salários mínimos, consistindo em um dado baixo se comparado com os níveis de sua micro região, que representa o valor de 2,11. Devido ao fato de que a média salarial da população é baixa, o comércio da cidade proporciona

¹⁰ De acordo com a Fundação SEADE (2011), refere-se, em uma determinada data, ao total de vínculos empregatícios remunerados, efetivamente ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada (regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), estatutários (funcionários públicos) e trabalhadores avulsos, temporários e outros, desde que formalmente contratados, informados pelos estabelecimentos quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais - Rais, do Ministério do Trabalho.

vantagens à população, oferecendo-lhes certas facilidades para a aquisição de vestuário e alimentação.

O único meio de participação social vigente na cidade em estudo são os Conselhos Municipais – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal da Saúde (CMS), Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), dentre outros –, que possibilitam a participação dos usuários no planejamento, controle e avaliação desses serviços. Como já dito no item anterior, na cidade inexistem cooperativas; as associações e sindicatos regionais, dos quais a população jardinese participa em Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista.

No município existe rivalidade política, permanecendo em disputa a cada eleição apenas dois partidos políticos o PMDB – que na última eleição se uniu ao PT – e o PSDB, sendo que, o atual prefeito é filiado a esta última. Infelizmente, em Santo Antônio do Jardim não se vê a presença de grupos sociais bem delimitados na luta por seus objetivos e direitos sociais específicos, porém, há grupos que se mobilizam e se unem em ações e campanhas diante das necessidades sociais mais amplas e emergentes. Essas informações foram obtidas em pesquisa junto aos órgãos públicos municipais e através do conhecimento empírico da realidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho permitiu a análise da realidade do município de Santo Antônio do Jardim, desmistificando as primeiras impressões através da análise dos seus elementos estruturais e conjunturais.

Este estudo se faz fundamental para a apreensão dos aspectos físicos e sociais da cidade em questão, fundamentando a atuação profissional e, tendo como referência os dados aqui apresentados e analisados, permitir-se-á o detalhamento de suas questões mais complexas, que são fruto de cada item aqui explanado.

Esta análise dos dados sobre o território e a realidade social se torna indispensável para a formação do assistente social, pois ele não pode propor ações nem atuar em uma realidade que não é do seu conhecimento profissional.

Este estudo permitiu, além da pesquisa e registro de fatos e dados não disponíveis em outras monografias acadêmicas, a síntese e análise de vários e complexos indicadores e dados estatísticos que permitiram nos

aproximar do conhecimento do território e realidade social do município de Santo Antônio do Jardim, a apreensão acerca de cada detalhe das expressões conjunturais da questão social pela ótica dos elementos que compõem o município e a sua região, possibilitando a percepção mais aprofundada dos elementos que formam a sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACONTECE, Jornal Acontece Especial de Aniversário. **Estudo Histórico e Cultural de Santo Antonio do Jardim..** Periódico quinzenal de Santo Antonio do Jardim-SP, 25 de março de 2011.

ALESP-**Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**. In Infopédia <<http://www.al.sp.gov.br/web/forum/iprs06/>> Acesso em maio de 2011.

BEGHIN, N. Notas sobre Desigualdade e Pobreza no Brasil: situação atual e desafios. In: GREEN, D.. **Da Pobreza ao Poder: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p.590-603.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território No Brasil. Item 2. Publicado In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. ;CORRÊA, R. L. **Geografia, Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.207-238.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação** profissional, São Paulo Cortez, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, **Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>> Acesso em maio de 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em maio de 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa **Cidades**, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354810>> Acesso em maio de 2011.

IPRS. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social. Governo de São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/>> Acesso em maio de 2011.

IPVS. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social. Governo de São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index_ipvs.htm> Acesso em maio de 2011.

KOGA, D.; NAKANO, K.. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista Serviço social e Sociedade**. nº 85, Ano XXVII, março, 2006.

KOGA, D.. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 72, ano XXIII, novembro de 2002.

MEC. Ministério da Educação, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais** - INEP - Censo Educacional 2009. Disponível em < <http://portaldeb.inep.gov.br/> > Acesso em abril de 2011.

MI_SOCIAL. **Matriz de Informações Sociais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/index.php>> Acesso em 24/04/2011.

SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social. Governo de São Paulo. Disponível em: <<http://www.sead.gov.br>>. Acesso em abril de 2011.